

**O ministro do Planejamento parte hoje de Nova York para Tóquio, demonstrando maior otimismo de que será possível captar os US\$ 4 bilhões que faltam para fechar as contas externas. No entanto, os banqueiros parecem cada vez mais preocupados com a capacidade de o País pagar seus débitos em dia: em Londres, há quem afirme que as reservas cambiais brasileiras caíram para US\$ 2 bilhões na semana passada.**



## **As razões dessas homenagens a Paulo Lira**

**O ex-presidente do Banco Central implantou um sistema de controle da dívida, que vem adiando uma crise cambial mais séria.**

Quando assumiu a presidência do Banco Central, no governo Geisel, Paulo Hortêncio Pereira Lira, chegou, durante alguns meses, a fazer sombra ao próprio ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen.

Simonsen não tinha traquejo para tratar com empresários.

Lira tinha muita experiência escondida por trás de uma atitude quase arrogante realçada por um cachimbo inseparável e por uma auto-suficiência, marca registrada do tecnocrata dos anos 70.

Lira assumiu a presidência do Banco Central, após uma marcante passagem na diretoria de Área Externa, imbuído de uma difícil missão na época: moralizar o mercado e restabelecer a noção de risco e punição para o setor financeiro, completamente diluídos na administração extraordinariamente compassiva dos notórios Ernane Galvêas, seu antecessor, segundo por Francisco de Boni e Ary Cordeiro, respectivamente diretor e gerente da Área de Mercado de Capitais.

### **O caso do Halles**

Sua primeira decisão de impacto foi a liquidação espetacular do Banco Halles, na época um dos dez maiores conglomerados financeiros do País. A sofreguidão com que se atirou ao pote foi quase fatal. Provocou a maior crise do setor financeiro, desde a quebra da Bolsa, em 1971. A estrela de Lira ofuscou-se. Entrou em baixa, apesar de ele ter prosseguido o processo de saneamento do setor financeiro.

Lira terminou seu mandato literalmente apagado. Enfurnou-se em um cargo no conselho diretivo de uma empresa, exilou-se em São Paulo, onde atendia imediatamente a qualquer pedido de jornalistas para conversas sobre a economia brasileira e a política monetária, exibindo uma humildade inacreditável para quem o conheceu no início do governo Geisel.

De repente, nos últimos meses, à medida que se aprofundou a crise cambial, Paulo Lira passou a emergir do ostracismo e a receber públicas manifestações de reconhecimento: primeiro, do ministro Delfim Neto, durante um dos banquetes em que os empresários lhe foram hipotecar solidariedade. Na semana passada, do atual presidente do Banco Central, Carlos Ceraldo Langoni, durante o encontro das financeiras, em Fortaleza.

### **Controle da dívida**

O motivo: enquanto diretor da Área Externa do Banco Central, Lira foi o principal responsável pela implantação do sistema de controle da dívida externa brasileira, de eficiência reconhecida unanimemente por economistas de todas as escolas, e conseguiu adiar — pelo menos até agora — o desfecho da crise cambial.

— A montagem desse esquema tornou-se necessária a partir de 1967, quando o País optou pela política de endividamento externo



acelerado, como uma forma de complementação da poupança interna — explicou Lira ao JT, logo após receber a homenagem de Langoni.

Esse período coincide com o rápido desenvolvimento do mercado de capitais internacional. Na época, a estratégia maior das

autoridades econômicas consistia em ampliar as exportações, aumentar o nível de reservas cambiais e controlar o perfil da dívida, de maneira a não permitir o estreitamento dos prazos dos empréstimos. “Se deixássemos por conta do mercado”, explicou Lira, “os prazos certamente se acumulariam”.

Ao Banco Central coube duas funções principais. De um lado, criar um sistema de informações eficientes; de outro, desenvolver formas operacionais consistentes com os objetivos propostos.

Assim, em 1967, o Banco Central procedeu ao primeiro levantamento completo do total da dívida externa existente, tanto do setor público como do privado. “Antes mesmo disso, já existia o sistema de registro da dívida do Banco Central”, explica Lira, “mas só publicávamos os dados do endividamento público”.

Essa revelação parcial do montante da dívida provocava um problema sério. “Cada banqueiro estimava o seu próprio número e aumentava um pouco para se proteger”, continua Lira. “Assim, decidimos incrementar uma política de plena informação.”

O segundo passo foi estabelecer formas operacionais consistentes. Fortaleceu-se, então, a Resolução 4.131 (que regula a contratação de empréstimos diretamente no Exterior) e recuperou-se a Resolução 63 (pela qual os bancos nacionais tornam-se intermediários e fiadores dos empréstimos captados em dólares e repassados a seus clientes).

### **Prazo de permanência**

Mais importante: definiu-se um prazo mínimo de permanência de recursos no País, de acordo com projeções de crescimento da dívida externa.

A partir de 1974, com o primeiro “choque” do petróleo, as projeções já estavam “furadas”. Mas o prazo mínimo, que começou com um ano, foi aumentando gradativamente, até chegar a dez anos, recusando depois para cinco e retornando para os oito anos atuais.

Os prazos e o sistema de informações já foram razoavelmente adulterados pelo esquema de endividamento de curtíssimo prazo. Mas o mecanismo de controle cambial implementado por Paulo Lira sobrevive. E, não fosse por ele, o País poderia ter experimentado nas últimas semanas uma evasão de divisas semelhante à que quebrou o México e a Argentina. E, no lugar do dólar-turista, já teríamos provado do remédio amargo do FMI.

**Luís Nassif**